



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0008243-88.2017.8.26.0566 - 2017/002263**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal (Violência Doméstica Contra a Mulher)**
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 565/17 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Indiciado: **ANTONIO HELENO DA SILVA**
 Data da Audiência: **12/11/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **ANTONIO HELENO DA SILVA**, realizada no dia 12 de novembro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor Público **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas CESÁRIO BENEDITO SEGATELLE JÚNIOR, LUIZ ROBERTO DA SILVA VILLAR. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado *(Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça)*. As partes desistiram da oitiva da testemunha faltante VILMA JUDITE DE FREITAS, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital *(Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça)*. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. ANTONIO HELENO DA SILVA**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 129, § 9º, do Código Penal, na forma dos artigos 5º e 7º, da Lei 11.343/2006. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

requereu a improcedência da ação penal. A defesa requereu o decreto absolutório. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos por ambas as partes e os tomo como minhas razões de decidir, para fundamentar a impossibilidade de embasamento de um decreto penal condenatório. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **ANTONIO HELENO DA SILVA** da imputação de ter violado o disposto no artigo 129, § 9º, do Código Penal, na forma dos artigos 5º e 7º, da Lei 11.343/2006, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: